



## LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: DESAFIOS DA SUA APLICAÇÃO NO ÂMBITO DA SAÚDE

Congresso Internacional de Direito e Tecnologia, 1ª edição, de 10/05/2021 a 13/05/2021

ISBN dos Anais: 978-65-89908-05-0

**FIGUEIREDO; Carla Letícia Oliveira**<sup>1</sup>

### RESUMO

No âmbito da saúde, a Lei Geral de Proteção de Dados parte da relação triangular existente entre o plano privado, o hospital e o fornecedor. A troca de informações entre estes entes é uma questão que precisa ser analisada com atenção diante da rapidez de divulgação ocasionada pelas novas tecnologias. O objetivo principal da presente pesquisa é encontrar problemas na aplicação da referida legislação no campo da saúde. Utiliza-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, o método de interpretação sistemático e o procedimento monográfico. A pesquisa possui natureza qualitativa e teórica, podendo ser caracterizada como exploratória e bibliográfica-documental. O fluxo de dados pessoais sensíveis apenas é permitido quando a legislação brasileira aceitar ou quando o titular consentir. Porém, na prática, alguns entes da área da saúde movimentam as informações pessoais sem ter base legal e sem o consentimento do titular. Há operadores que não possuem autorização legal para acessar essas informações pessoais. A lei não possui artigos que autorizem a divulgação de dados existente entre as fontes pagadoras (planos de saúde, seguro saúde, Sistema Único de Saúde), os fornecedores (fabricantes) e os canais de distribuição (distribuidores, representantes comerciais). O problema central é que a legislação não tratou a área da saúde de maneira sistemática. A movimentação de dados não pode parar bruscamente, pois este fluxo é indispensável para o funcionamento do sistema. Diante da falta de um acordo setorial, os órgãos estão buscando soluções unilaterais, causando pequenas deformidades que podem gerar distorções não desejadas no sistema como um todo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fluxo de informações, Legislação, Proteção de dados, Saúde

<sup>1</sup> Advogada e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco Interinstitucional, carla\_leticia10@hotmail.com